



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS - CAHL
PROGRAMA DE GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA

GEISA SILVA SOUZA

PLANO DE CONSERVAÇÃO PREVENTIVA DOS
RETÁBULOS DA IGREJA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO
DE CACHOEIRA BA

Cachoeira-BA

2018

GEISA SILVA SOUZA

**PLANO DE CONSERVAÇÃO PREVENTIVA DOS
RETÁBULOS DA IGREJA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO
DE CACHOEIRA BA**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Museologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Museologia.

Orientador: Profª Viviane da Silva Santos.

Cachoeira-BA

2018

GEISA SILVA SOUZA

PLANO DE CONSERVAÇÃO PREVENTIVA DOS RETÁBULOS DA
IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado do Curso de Graduação em Museologia, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Museologia.

Aprovado em 9 de março de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Viviane da Silva Santos

Viviane da Silva Santos
Mestre em Desenho, Cultura e Interatividade
Professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Ritta Maria Moraes Correia Mota

Ritta Maria Moraes Correia Mota
Bacharel em História pela UNIJORGE - Centro Universitário Jorge Amado
Técnica em Restauração da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Anderson Conceição Ferreira

Anderson Conceição Ferreira
Bacharel em Museologia pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Museólogo da Fundação Hansen Bahia

RESUMO

O presente trabalho aborda o tema Conservação Preventiva dos retábulos da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário de Cachoeira. Este texto tem como objetivo oferecer uma análise sobre os conceitos de conservação e conservação preventiva de acervos, tendo como objeto de estudo os retábulos da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário de Cachoeira. O texto apresenta os conceitos para preservação e conservação, define a metodologia utilizada; revisão bibliográfica e visita a campo para diagnóstico das atuais condições dos retábulos, identifica os fatores de degradação que agem sobre esses acervos, analisa a forma de gestão do templo em que se encontram os retábulos, constata a ausência de ações que visem conservar os retábulos e prevenir sua degradação e, por fim, oferece um Plano de Conservação Preventiva como produto final do estudo.

Palavras-chave: Conservação. Conservação Preventiva. Retábulos. Patrimônio. Igreja Matriz de Cachoeira.

ABSTRACT

The present work covers the preventive conservation of the altarpieces of the mother church Our Lady of the Rosary of waterfall. This text aims to offer an analysis on the concepts of conservation and preventive preservation of collections, having as object of study the altarpieces of the Church of waterfall. The text presents concepts for preservation and conservation, defines the methodology used; Bibliographical review and visit the field to diagnose the current conditions of the altarpieces, identifies the degradation factors that act on these collections, analyses the form of management of the temple in which the altarpieces are found, notes the absence of actions that aim to Conserve the altarpieces and prevent its degradation and ultimately offers a preventive conservation plan as a final product of the study.

Key words: conservation. Preventive conservation. altarpieces. Heritage. Church of Waterfall.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
I CAPITULO – A HISTÓRIA DA CIDADE DE CACHOEIRA.....	9
1.1 A Igreja Matriz de Cachoeira	11
II CAPÍTULO – CONSERVAÇÃO PREVENTIVA	15
2.1 Conservação aplicada em suporte de madeira	17
2.2 O Plano de Conservação Preventiva	19
III CAPÍTULO – PLANO DE CONSERVAÇÃO PREVENTIVA DOS RETÁBULOS DA IGREJA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE CACHOEIRA	21
3.1 Caracterização do objeto de estudo: Os retábulos da Igreja Matriz de Cachoeira	21
3.2 O acervo.....	24
3.3 Objetivos e metodologia	27
3.4 Tabela de diagnóstico	28
3.5 Análise conjunta e estratégias.....	31
3.5.1 Quanto à administração do espaço	33
3.5.2 Quanto à manutenção das condições ideais de edifício	33
3.5.3 Quanto ao acesso do público interno e externo	35
3.5.4 Quanto à manutenção, higienização e limpeza do ambiente	36
3.5.5 Quanto aos equipamentos de proteção e segurança.....	36
3.5.6 Quanto à necessidade de se fazer educação patrimonial	36
IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS.....	40

INTRODUÇÃO

Os bens culturais são produtos concretos que o homem produz a partir de sua convivência no meio social e interação com demais indivíduos. Esses bens são fontes de conhecimento da cultura humana, na medida em que testemunham materialmente a história e a identidade dos povos. Entretanto, esses bens estão suscetíveis à diversos agentes de deterioração, que provocam instabilidade ou perda de informações. Isso levanta a necessidade de desenvolver ações de conservação e preservação desses bens. Dessa afirmativa nasce a discussão central deste trabalho: Ações de conservação do bem cultural específico: os retábulos da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Cachoeira.

Com inestimável valor histórico e cultural para o povo cachoeirano, os retábulos da Igreja Matriz foram construídos entre os séculos XVII e XVIII, recebendo influências de mais de um estilo arquitetônico; em especial o neoclássico. Contudo, a partir da ação do tempo e de intervenções inadequadas aos detalhes originais das peças, esses retábulos sofreram ao longo do tempo algumas modificações em suas características originais.

Estando os retábulos dentro de um templo católico, que lhes confere também um valor de religioso de contemplação, a administração desse espaço e as ações que podem evitar sua degradação estão automaticamente sob a responsabilidade dos administradores paroquiais; os padres. Esses administradores nem sempre têm conhecimento técnico para empreender intervenções nesses bens, fazendo na maioria das vezes pinturas ou reformas arbitrárias, que desconsideram os aspectos artísticos e históricos, salvo os casos em que os templos são tombados como patrimônio e ocorre uma vigilância maior nas intervenções realizadas. Poucos são os padres que têm um olhar mais apurado para essas questões e enxergam os templos religiosos sob uma ótica de patrimônio material e imaterial.

Cachoeira é uma cidade histórica e boa parte das edificações religiosas são construções de valor histórico e arquitetônico, sendo necessário que se tenha mais cuidado com a preservação dos bens que integra esses espaços. Além de todas essas questões administrativas e gerenciais, os fatores ambientais, como umidade, temperatura e ventilação, também devem ser levados em consideração quando se fala em conservação das obras de escultura da Igreja Matriz, mais especificamente dos retábulos.

Analisando todas essas questões, percebe-se que este acervo necessita de mais atenção e possíveis intervenções. Assim, foi elaborado um Plano de Conservação Preventiva, visando sugerir ações de conservação preventiva nos retábulos da Igreja Matriz de Cachoeira, empreendendo ações de conservação.

Para elaboração desse plano foram analisadas:

- As condições físicas e ambientais;
- A estrutura do prédio;
- Os agentes causadores de degradação e deterioração;
- A estrutura administrativa do edifício;
- A atual situação dos retábulos;
- As práticas de conservação ou da ausência delas

Com base nessas análises foi construído um diagnóstico da atual situação dos retábulos: onde estão situados; que tipo de tratamentos recebem; o ambiente interno e externo, etc. Assim sendo, esse plano de trabalho também intenta identificar as condições dos objetos pesquisados e apontar possíveis soluções, buscando manter a estabilidade dos materiais que constituem os retábulos, bem como apontar ações para que se diminuam os riscos de danos ou perda do acervo. Esse plano poderá obter um resultado positivo a partir de uma conscientização dos gestores desse patrimônio. Naturalmente isso envolve questões maiores como capacitação, organização e bom senso.

Uma vez que as pessoas que lidam com patrimônio cultural tomam essa consciência, torna-se muito mais fácil empreender ações preventivas de proteção dos bens culturais. Com essa postura todos ganham e as gerações futuras terão a oportunidade de contemplar elementos indenitários, que revelam a história de uma comunidade.

I CAPÍTULO - A HISTÓRIA DA CIDADE DE CACHOEIRA

As edificações religiosas, para além das manifestações de fé que estes espaços sagrados abrigam, guardam grande valor histórico-cultural, sendo também conceituadas como patrimônio histórico. Da mesma forma, todos os documentos e elementos religiosos que carreguem a memória e os costumes de uma época se inserem dentro desse conceito de patrimônio. Partindo dessa afirmativa, podemos entender as igrejas como patrimônio histórico e cultural. Para ilustrar nossa discussão, tomemos como objeto de estudo os retábulos-mor da Igreja Matriz de Cachoeira, construída no início do século XVII. Para compreender a necessidade de conservar esses elementos como patrimônio, nos ocupemos inicialmente em compreender como se deu a constituição histórica da Igreja Matriz de Cachoeira.

A palavra patrimônio indica o conjunto de bens materiais e imateriais produzidos pelo homem. Conforme descreve o artigo 216 da Constituição Federal¹ de 1988, o conceito de patrimônio cultural engloba as edificações e obras de arte, as formas de expressão e as criações científicas:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.(Constituição Federal, 1988)

A histórica cidade de Cachoeira está situada às margens do Rio Paraguaçu, no Recôncavo Baiano. A origem de sua fundação aconteceu durante a corrida colonialista, que visava enriquecer Portugal através da extração das riquezas naturais de Brasil (REVISTA PANORAMA, 1987). No período de 1595 a 1606, chegou à região o capitão Álvaro Rodrigues Celestino Adorno, filho de Antônio Dias Adorno, que fez nascer ali um engenho de açúcar, dando ao local as primeiras habitações com ares de sociedade. Esse núcleo de engenho foi o propulsor da região, que originaria bem mais tarde a freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, assim consta na Revista Panorama da Bahia:

¹ Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Constituicao_Federal_art_216.pdf
Acesso em 15/02/2018.

Ainda das lutas pelo domínio dos índios – que se consolidou em 1621 – despontou o nome de Gaspar Rodrigues Adorno, também recompensado com quatro léguas de terras situadas de entre os rios Caquende e Pitanga, estabelecendo o limite territorial de Cachoeira. O movimento de colonização na região, prossegue com a vinda de seu filho, João Rodrigues Adorno. Fundadores de Cachoeira, os Adornos e os Rodrigues eram descendentes de Caramuru. (REVISTA PANORAMA DA BAHIA, CACHOEIRA, 13 DE MARÇO DE 1987, PG. 5)

A posição da então freguesia era privilegiada, pois funcionava como um entreposto comercial, ligando o Recôncavo ao Sertão. Pelas águas do rio Paraguaçu navegavam embarcações, levando os mais diversos produtos. Entre os séculos XVIII e XIX, a cidade escoava sua produção de açúcar e de fumo para a Europa. Devido a este caráter comercial, impulsionado pela produção da cana de açúcar e alambiques de cachaça, no ano de 1693 a freguesia foi elevada à categoria de Vila, instalação na data de 7 de janeiro de 1698, tendo sido assinada pelo desembargador Estevão Ferraz de Campos. Assim consta no livro O Conjunto do Carmo de Cachoeira, organizado por Maria Helena O. Flexor:

No final do século XVII, o povoado já era suficientemente importante para habilitar-se à condição de uma das vilas da Capitania da Bahia, conforme recomendação da carta régia de 1693 ao governador-geral D. Antônio Luís Coutinho da Câmara. Criada em 27 de setembro do mesmo ano, transcorreram quatro anos até que fosse instalada, em 24 de janeiro de 1698, pelo desembargador Estevão Ferraz de Campos² e com todas as “formalidades de estilo”, a Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, cuja Câmara tomou posse no mesmo dia, lavrando o competente registro com a eleição de seus integrantes e estabelecendo os limites do termo da nova vila. (FLEXOR Org. 2007, pg.15)

A Vila atingiu seu apogeu econômico ainda no século XVIII, quando sua localização já a consolidava como centro de convergência comercial de todo o estado da Bahia. É justamente neste período de intensa movimentação e efervescência que começa a surgir suntuosos monumentos arquitetônicos e religiosos, de influência barroca².

A intensa vida econômica de Cachoeira e seu desenvolvimento social também despertavam na população ideais revolucionários e reacionários contra a dominação portuguesa, fazendo com que os cachoeiranos participassem ativamente das lutas políticas. Insatisfeitos com as condições em que estava a colônia, o povo cachoeirano gritou por liberdade, reunindo-se em frente à Casa de Câmara e Cadeia, no dia 25 de junho de 1822. Reunida e revoltosa, a população exigia a

proclamação de D. Pedro como Regente de Brasil, antes que Portugal o fizesse. Tiros de festim foram disparados para comemorar, mas as tropas portuguesas que estavam no Rio compreenderam como um alerta, iniciando aí uma luta que duraria três dias, culminando com a vitória dos cachoeiranos. Por conta desse feito, foi conferido à Cachoeira o título de Heroica, através da Lei Provincial nº 43, de março de 1837, elevando a Vila à cidade (MILTON, 1970).

Para além de sua relevância política na história da independência do Brasil, Cachoeira destacou-se também pelo relevante conjunto arquitetônico e paisagístico, construídos durante os tempos áureos que a cidade vivia, entre a segunda metade do século XVIII e a primeira do XIX, quando se estruturam os serviços urbanos. O conjunto de casarios, sobrados e igrejas ricamente decoradas, renderam também para a Cachoeira o título de Cidade Heroica e Monumento Nacional, conferido pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN), no ano de 1971³.

O conjunto arquitetônico, formado na sua maioria por edifícios do século XVIII e XIX, caracteriza-se pela unidade tipológica e figurativa, devido em larga escala à tendência neoclássica que, no século passado, construiu novos prédios e reformou os antigos. As formas de apropriação do sítio transformaram a cidade num bem de relevantes qualidades paisagísticas. (PORTAL IPHAN).

1.1 A Igreja Matriz de Cachoeira

Quem visita a histórica cidade de Cachoeira logo avista as harmônicas torres da Igreja Matriz em coroamento piramidal, que chamam atenção pelos azulejos em zig-zag. Com seu imponente estilo que mistura influências⁴ Neoclássica, Renascentista, Barroca e Rococó (OTT, 1978) a Matriz está situada na Rua Ana Neri, integrando o centro histórico da cidade. Mas a sua história é cheia de detalhes que cabe aqui narrar.

³ Decreto Nº 68.045, de 13 de janeiro de 1971, concedido pelo presidente da república, Emiliano G. Médici.

⁴ Conforme escreve Carlos Ott, no livro História da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Cachoeira – 1978, a construção da Igreja Matriz levou mais de uma centena de anos, passando por ela vários artistas que trabalharam na elaboração das obras de arte que compõem a estrutura interna da igreja; pinturas do teto e laterais, esculturas, retábulos, painéis de azulejo, as torres piramidais, fachada e outros elementos que exigem uma mistura de diversos profissionais ao longo do tempo. Isso explica também o fato da Igreja Matriz possuir mais de um estilo arquitetônico.

A primeira Igreja Matriz foi construída numa colina, por volta do ano de 1606, quando o capitão Álvaro Rodrigues Celestino Adorno chegou à região. Em 1674, a capela é elevada a Matriz de Cachoeira pelo Chantre da Sé, Francisco Pereira. Dedicada à Nossa Senhora do Rosário, ela era muito pequena e não cabia um número significativo de fieis.

Assim, em razão do crescimento populacional e o difícil acesso por parte de pessoas idosas, os paroquianos resolveram construir uma nova Matriz, passando a antiga capela a ser dedicada a Nossa Senhora Da Ajuda. O então fundador da Vila, João Rodrigues Adorno, doou à Paróquia um terreno para sediar a construção, por volta de 1736 (OTT, 1978).

Os documentos da época não revelam a data precisa do início da construção, mas ao que tudo indica, as obras iniciaram por volta de 1740 (OTT, 1978). Os mesmos documentos, entretanto, indicam que em 1747, o então rei D. João V, doou aos paroquianos a quantia de oito mil cruzados. Esse valor deveria ser investido na construção da capela-mor e da sacristia da Matriz. Sete anos depois, em 1754, os painéis de azulejos foram aplicados nas paredes internas do templo.

Igreja Matriz da primeira metade do século XVIII, mas fiel à tradição clássica do século anterior [...] O revestimento da torre em azulejos formando zig-zag é encontrado ainda em Belém, no mesmo município, na boa Viagem e na Stª Casa de Misericórdia, em Salvador [...] Os azulejos do seu interior foram classificados como dos mais importantes existentes no país e de qualidade semelhante aos melhores que se produziam em Lisboa, em 1750. (BAHIA, 1978, pg. 48).

Ao que tudo indica, foi somente por volta de 1790 que as obras do frontão e parte superior das torres foram concluídas, enquanto que a pintura do teto da nave tem indício de ter sido executada a partir dos anos de 1800 (OTT, 1978). Sua arquitetura é influenciada por mais de um estilo, predominando o estilo renascentista, embora construída em pleno florescimento do barroco na Bahia (OTT, 1978). Sua planta (fig. 1) revela os corredores superpostos por tribunas e sacristia transversal, configurações comuns nas construções de igrejas matrizes produzidas na época (BAHIA, p. 48)

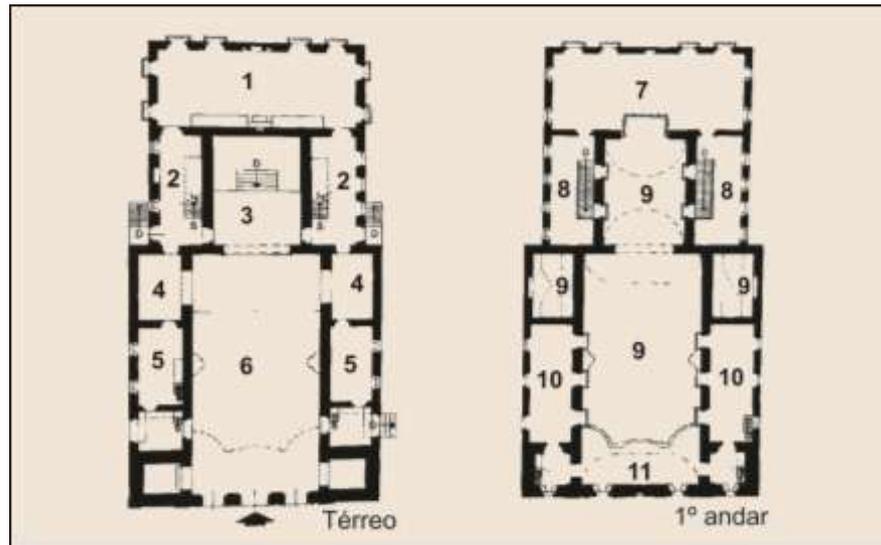


Fig. 1 – Planta baixa Igreja Matriz de Cachoeira
 Fonte: Livro IPAC Bahia, 1978

O interior da Igreja Matriz é muito rico, além dos azulejos historiados com mais de 4 m de altura, o forro em abóboda da nave e capela-mor é todo recoberto de pintura estilo ilusionista italiano, com influência do estilo do pintor José Joaquim da Rocha. Os primeiros altares laterais só foram feitos na segunda metade do século XVIII, ao que tudo indica seguindo o estilo rococó, segundo Ott. Já o altar-mor (fig. 2) e os altares laterais seguiam um estilo mais neoclássico. A Sacristia também segue o estilo neoclássico, pois “possui um frontal elegante, mas na parte superior do retábulo já desaparecem as colunas salomônicas e o movimento barroco, apresentando mais tranquilidade neoclássica” (OTT, 1978. pg. 14).



Fig. 2 – Altar-mor da Igreja Matriz de Cachoeira.

Foto: Jomar Lima

No que se refere às obras de arte presentes na Igreja Matriz, a mesma possui um acervo de elevado valor arquitetônico, histórico e cultural. Seu acervo compreende numerosas imagens, telas, alfaias e sacrário de prata. Aqui nos interessa estudar o estado de conservação dos retábulos que compõem os altares da Igreja Matriz.

II CAPITULO - CONSERVAÇÃO PREVENTIVA

Afirma Caldeira (2006) que o inglês John Ruskin foi um dos principais personagens na conceituação do termo Conservação. Ruskin defendia que o monumento era algo sagrado e que, portanto, era intocável, sendo assim dever-se-ia conservar sua autenticidade histórica. Seu modo de pensar dá os primeiros passos a caminho da conservação preventiva ao defender que os monumentos deveriam ser tratados com o melhor cuidado possível, salvando-os assim da degradação. Posteriormente Camilo Boito associou a teoria de Ruskin à necessidade de realizar intervenções de restauro, como forma de prolongar a vida dos bens culturais.

Já a terminologia do adjetivo preventivo denota “o que tem por fim impedir, acautelar ou prevenir que alguma coisa desagradável ou indesejável se produza”⁵. De modo intuitivo o homem sempre manteve uma relação de cuidado com as coisas que lhe importavam. Nesse sentido, o homem já pratica a preservação há muito tempo, muito embora tenha sido somente no século XX que o conceito ganhou corpo como conjunto de atividades cada vez mais especializadas no campo do patrimônio (ALARCÃO, 2007).

Conforme Froner (apud MACHADO, 2015) não é uma tarefa simples encontrar uma trajetória precisa sobre o início das práticas de conservação preventiva. Fernandez (2013, apud MACHADO, 2015) oferece uma possível origem para o termo de Conservação Preventiva, ele teria nascido na década de 1950, através de um grupo de restauradores anglo-saxões. Já Alarcão (2017) escreve que Gary Thomson, em 1970, começou a analisar os problemas na climatização das galerias de exposição e passou a demonstrar a importância de controlar o meio ambiente que rodeia as coleções. E afirmou que “um restaurador ruim pode destruir um objeto por mês. Um conservador ruim pode destruir uma coleção inteira em um ano” (THOMSON apud ALARCÃO, 2007, pg. 9).

A preservação do patrimônio cultural se relaciona com diversas ações, que podem ser de conservação e/ou restauração. Afirma Souza:

A conservação preventiva é o conjunto de ações destinadas a aumentar ao máximo a existência de uma coleção ou de objetos, partindo da consciência de que um objeto seja qual for sua materialidade, pode danificar-se a qualquer momento (SOUZA, 2008).

⁵ Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, Academia das Ciências de Lisboa, II volume, Verbo 2001, p.2957

A conservação é efetivada a partir dos cuidados especiais que se tem diariamente ao lidar com determinados objetos de valor histórico-cultural.

Conforme Drumond (2006), a conservação preventiva aplica-se a todos os elementos do patrimônio, em situação de deterioração ativa ou não, visando protegê-los de qualquer agressão natural ou humana e deve levar em consideração a vulnerabilidade cultural e sua vulnerabilidade material, uma vez que o manuseio também provoca degradação. A conservação preventiva deve estar como prioridade nos ambientes onde se encontra acervos que fizeram ou fazem parte da humanidade, assegurando assim a estabilidade da memória de um povo, assim nos afirma Drumond:

Conservação é “o conjunto de medidas de caráter operacional — intervenções técnicas e científicas, periódicas ou permanentes — que visam a conter as deteriorações em seu início, e que em geral se fazem necessárias com relação às partes da edificação que carecem de renovação periódica, por serem mais vulneráveis aos agentes deletérios de conservação. (DRUMOND, 2006. p. 110).

Afirma Carvalho (2012), a conservação preventiva pode ser compreendida ainda como “uma resposta da profissão às profundas modificações por que tem passado o ambiente e o patrimônio nos últimos tempos”. Afirma a autora que ocorrem transformações inevitáveis nos elementos patrimoniais e que as políticas de preservação do patrimônio cultural devem ter plena consciência dessa interferência.

No processo de conservação preventiva é importante ter em mente que o fator ambiente é fundamental para definir o grau de danos que um acervo pode sofrer. Justamente por isso, num processo de conservação o primeiro passo é identificar a estrutura física do acervo, a matéria e a técnica que foram usadas na sua confecção. Após essa primeira análise pode-se estudar o melhor método de controle das fontes de degradação e definir então os procedimentos básicos da conservação. O estudo das fontes de degradação consiste em elencar uma série de medidas preventivas que darão conta de controlar a ação dos agentes de degradação evitando seu alastramento e disseminação dos efeitos.

2.1 Conservação aplicada em suportes de madeira

A madeira é uma matéria orgânica, heterogênea, anisotrópica higroscópica oriunda do tronco das árvores, sendo, portanto, uma matéria prima facilmente renovável e por isso é utilizada para variados fins. A maior parte delas apresenta boas condições de isolamento térmico e resistência. Contudo, sua composição tem desvantagem de degradar facilmente e inflamar com facilidade. Essas possíveis alterações em sua composição podem gerar problemas patológicos que afetam a integridade física e a estética das obras de arte sacra.

Alguns fatores aceleram o processo de degradação da madeira. Os fungos e os insetos xilófagos (aqueles que se alimentam da madeira) são os agentes biológicos mais comuns que agem atacando a madeira. Já os cupins e os besouros destacam-se como os principais xilófagos responsáveis pela degradação da madeira. Teixeira e Ghizone (2012) afirmam que os cupins podem ser divididos em três grupos:

1. cupim de madeira seca: atacam madeiras secas em regiões de clima quente;
2. cupim de solo ou subterrâneo: agem nas partes enterradas da madeira em função da alta umidade do solo, mas dependendo das condições, podem atacar a parte aérea da peça. São encontrados nos climas temperados;
3. cupim de madeira úmida: atacam madeiras atingidas por fungos ou em apodrecimento. (TEIXEIRA E GHIZONE, 2012. Pg 48.)

Já os fungos agem causando emboloramento, manchamento e apodrecimento da madeira. A umidade e a temperatura, por sua vez, também é um fator que facilita o aparecimento e ação dos fungos. Além de influenciar na estabilidade dimensional da madeira, a umidade ataca também a resistência e durabilidade, levando assim à biodeterioração (NUNES, 2006).

Outros elementos também agem diretamente na madeira; luz e radiação ultravioleta emitida por lâmpadas ou luz natural, substâncias químicas presentes nas micropartículas sólidas que provocam alteração de cor e textura. Com relação às lâmpadas, existem tipos especiais e com luz e especificação técnica adequada para o tipo de objetos que irão iluminar.

Algumas ações podem ser desenvolvidas com objetivo de reduzir ou eliminar o ataque à madeira: os objetos devem ser devidamente higienizados para remover resíduos provenientes de poeira e outras substâncias que possam causar riscos

futuros à madeira. Conforme aponta Teixeira e Ghizone (2012) é recomendável que não se use materiais que agriam a madeira ou não favoreça uma limpeza completa. Escrevem as autoras:

- os objetos devem ser higienizados para remoção de poeiras e outras sujidades. O procedimento pode ser realizado com pincel de pelo macio ou pano (tipo flanela) e com regularidade. Não é recomendado o uso de espanador, pois espalham a poeira, sem que haja a remoção total;
- quando as madeiras forem naturais ou cruas, enceradas ou pintadas, usar somente pincel ou escova de cerdas macias para remover o pó. Caso tenha partes quebradas, lascas ou levantamento da camada pictórica, no caso de madeiras pintadas ou policromadas, o procedimento deve ser interrompido imediatamente, recolhido as partes caídas, encaminhado posteriormente ao restaurador. (TEIXEIRA, GHIZONE, 2012, pg. 48)

No processo de inspeção das condições da madeira é importante observar se há ataque de insetos e havendo comprometimento da peça é necessário separá-la para não danificar as demais e enviá-la para tratamento e desinfestação. Após a identificação dos tipos de agentes e substâncias causadoras de danos à madeira, o próximo passo é elaborar uma estratégia de conservação e/ou restauro das partes danificadas. É importante salientar que o processo de intervenção deve ser realizado por um profissional especializado. Primeiro para manter a integridade e característica original da peça, segundo porque os materiais empregados nesse processo podem apresentar alta toxicidade.

Teixeira e Ghizone (2012) recomendam ainda que a melhor forma de prevenir o ataque biológico em madeiras (que não sejam obras de arte) é aplicando produtos químicos que agem na proteção da superfície da madeira.

A madeira está sujeita a diversos tipos de agentes de deterioração. O calor se destaca como o principal agente de destruição das peças de madeira. Conforme Revista da Madeira, edição nº 134 (2013), “O aumento da temperatura ocasiona transformações químicas e estruturais na madeira, conferindo-lhe um aspecto semelhante à carbonização”. A umidade favorece a proliferação de fungos, que são também agentes xilófagos da madeira. Há ainda os agentes químicos, “ácidos fortes, bases fortes, óxidos de ferro e enxofre, dentre outros, quando em contato com a madeira ocasionam uma redução nas suas propriedades físico-químicas” (REVISTA DA MADEIRA, 2013).

Já os agentes biológicos, presentes na estrutura anatômica da madeira, a celulose, hemicelulose e lignina são os três principais agentes que atuam na

biodeterioração de madeiras. Em paralelo, diversos organismos presentes na natureza se utilizam dos componentes da madeira para alimentar-se, esse processo é conhecido como biodeterioração da madeira.

2.2 O Plano de Conservação Preventiva

O Plano de Conservação Preventiva reúne em si uma série de ações e técnicas que visam promover a preservação de um determinado acervo, focando na identificação dos processos da degradação e implementando ações de controle sobre eles. Podemos afirmar que o Plano de Conservação Preventiva cria um roteiro de atividades capaz de identificar as causas de degradação dos materiais, implanta soluções que agem diretamente na eliminação dessas causas e, por fim, se ocupa de criar sistemas de proteção e monitoramento dos acervos. No livro *Preservação, Conservação, Restauração e Recuperação Física do Acervo*, a historiadora Albertina Otávia Lacerda Malta afirma que o Plano de Conservação Preventiva é peça chave para se antecipar aos problemas e combater suas causas. Sobre a definição de plano, escreve Malta:

Durante o Curso Regional de Programação da Conservação Preventiva em Instituições, promovido pelo ICOM – Conselho Internacional de Museus, órgão da UNESCO, realizado em Havana em setembro de 2000, define-se o que é um Plano de Conservação Preventiva, como sendo: a concepção, coordenação e execução de um conjunto de estratégias sistemáticas organizadas no tempo e no espaço, desenvolvidas por uma equipe interdisciplinar com o consenso da comunidade, a fim de preservar, resguardar e difundir a memória coletiva no presente e projetá-la para o futuro para reforçar a sua identidade cultural e elevar a qualidade de vida. (MALTA, 2014, pg.11)

Malta (2014) elenca uma série de programas que podem ser utilizados na elaboração de um Plano de Conservação, dentre eles: programa de prevenção e segurança, programa de riscos e emergências, programa de controle ambiental, programa de controle de pragas, etc. Contudo, esses são apenas alguns dos pontos que se pode pensar na hora de criar um plano, pois o que vai definir quais programas de controle podem ser implementados é a análise das características da instituição e do seu acervo.

O Plano de Conservação Preventiva leva em consideração sobretudo a análise e riscos. Afirma Malta (2014) que a prevenção contra riscos é a parte

fundamental, sendo a ausência da análise de riscos um entrave na conservação e prevenção de danos aos acervos. Escreve Malta:

Na maioria das vezes, as instituições não estão preparadas para agir de forma satisfatória em caso de emergência e muito menos possuem um plano de prevenção para situações de risco. Inundações, incêndios e outros desastres ocorrem de forma frequente e é triste constatar que as instituições, de um modo geral, só tomam conhecimento das vantagens da prevenção de emergências depois de sofridas experiências desastrosas para o patrimônio memorial. As situações emergenciais mais comuns em unidades de informação estão relacionadas aos seguintes fatores de risco: água, fogo e vandalismo (ou roubo) (MALTA, 2014, pg. 13).

Dentro dessa visão de antever os riscos surge a necessidade de criar dentro do Plano de Conservação Preventiva o programa de gerenciamento de emergências, essencial para evitar danos futuros e para saber conduzir situações emergenciais. Nesse sentido o programa de emergência é composto por três conjuntos de iniciativas: Prevenção (medidas preventivas), Prontidão (Plano Emergencial) e Resposta (ação e volta à normalidade) (MALTA, 2014). Se as calamidades ocorrem da junção dos riscos com a vulnerabilidade da instituição e seu acervo, o caminho é identificar os potenciais riscos, analisar a vulnerabilidade das instalações e, por fim, criar mecanismo de proteção e combate aos riscos.

Para elaboração de um Plano de Conservação Preventiva é necessário que haja um compromisso de todos os atores envolvidos no processo. De nada adianta o esforço de fazer análise e criar um plano se este não for abraçado por todas as pessoas que lidam diretamente com os acervos. Afirma Froner e Souza (2008):

“A gestão para conservação é uma experiência que não se restringe somente aos conservadores/restauradores, mas também ao pessoal de segurança, limpeza, de manutenção predial, além de todo o grupo que pertence ao quadro institucional”.

Após apresentado e posto em prática, o plano deve ocorrer de forma contínua e sistemática, contando com o compromisso da equipe designada para colocar em prática. Conhecer os edifícios, conhecer o acervo, conhecer as condições, designar equipes, orientar tecnicamente e executar. Essas são etapas que constituem um Plano de Conservação Preventiva.

III CAPÍTULO - PLANO DE CONSERVAÇÃO PREVENTIVA DOS RETÁBULOS DA IGREJA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE CACHOEIRA.

3.1 Os retábulos da Igreja Matriz de Cachoeira

A palavra retábulo tem origem latina e por definição etimológica caracteriza aquilo que se coloca na parte posterior do altar, espaço que abriga as imagens dos santos. Escreve Salteiro:

É uma palavra de origem latina, *retrotabulum*, que se formou com o prefixo *retro*, 'atrás', e *-tabula*, 'mesa', entendendo-se esta como altar (Machado 1967). No entanto o retábulo é muito mais do que a tábula e muito mais do que a parte detrás do altar. No século XVI, o retábulo já era uma envolvência que se estendia pelas paredes e pelos tetos das capelas-mores, como é o caso do retábulo-mor da Catedral do Funchal ou da Sé de Velha Coimbra. Mais do que aquilo que está por detrás, o retábulo é um todo retabular que se expande e envolve o altar, tanto por detrás como em redor dele, diversamente. Se atendermos a uma definição mais comum de retábulo, este é uma obra realizada nos materiais preferidos ou disponíveis por cada época (madeira e pedra) e localiza-se exclusivamente por detrás e acima de um altar, servindo de moldura a pintura, a escultura ou a um baixo-relevo de temática religiosa. Esta definição acentua a parte estrutural ou arquitetónica do retábulo. (SALTEIRO, 2014, pg.156.)

Conforme descrição de Salteiro (2014), o retábulo ganha função de oferecer suporte físico das imagéticas e ainda de servir como ornamento. Num sentido mais religioso, o retábulo é como um santuário que guarda também uma forma de devoção, sendo ele construído conforme elementos temporais, disposição de materiais e técnicas específicas que envolvem uma série de conhecimentos em pintura, escultura e arquitetura. O retábulo guarda a simbologia de um templo abrigado dentro de um templo maior, que é a igreja. Escreve Salteiro:

Funcionalmente cumpre a função de representar e enaltecer o ponto de chegada ou o fim de uma peregrinação diante de uma entidade divina, presente fisicamente através de relicários, de sacrários, de iconóstases, tabernáculos, baldaquinos ou pálios. O retábulo é um santuário presente no interior de todas as igrejas, com múltiplas possibilidades de se organizar em consonância com as circunstâncias dos lugares, e as estéticas dos tempos e das pessoas. É um templo dentro de um templo. Algumas vezes é a representação da casa dos santos, outras é a representação da porta ou do arco triunfal à maneira barroca que possibilita acesso visual ao universo da espiritualidade (SALTEIRO 2014, pg. 158-159).

Os retábulos são construções artísticas que cumprem uma função de estabelecer uma conexão entre o que é matéria e o que é espiritual, na medida em que leva à contemplação e meditação. Ele nada mais é do que uma “casa” pra

abrigar as imagens que compõem o espaço sagrado, de forma a dar-lhes dignidade e nobreza (SALTEIRO, 2014).

Foi durante o período Barroco que a arte de fazer retábulos tomou corpo, abrindo caminho para o surgimento de novas formas plásticas, que lhe conferiu status de bem integrado à arquitetura. A partir daí os retábulos foram adquirindo formas mais volumosas, ganharam profundidade e aprimoramento técnico, com seus painéis pintados e entalhados cada vez mais ricos em detalhes. No Brasil, os primeiros retábulos foram construídos em pedra. Com a vinda dos Jesuítas, no século XVI, passaram a ser construídos em madeira⁶. Os retábulos obedecem ao estilo e influência arquitetônica da época de sua construção e guardam uma dimensão artística e histórica muito ricas. Podemos afirmar que os acontecimentos históricos, sociais e religiosos foram fatores de influência para as sucessivas transformações no modo de construir os retábulos. Afirma Nunes (2006):

De simples painéis contendo pintura e representando uma sequência narrativa do período medieval à elaborada talha dourada e policromada, a estrutura se modificou para poder suportar a carga proveniente da incorporação de novos elementos, a exemplo das colunas, capitéis e arquivoltas, produzindo, desta forma, sistemas mais complexos. Considera-se, ainda, a incorporação da tribuna do trono, que segundo Faria (2003), consiste em um elemento fundamental ao retábulo. (NUNES, 2006, pg. 34)

Conforme Ott (1978), os retábulos da Igreja Matriz de Cachoeira foram feitos em paralelo às construções dos altares, seguindo o estilo neoclássico, ao mesmo tempo. Escreve Ott:

O primeiro altar-mor daquela igreja, embora dourado, em 1754, não é, contudo, o mesmo dos nossos dias. Sem dúvida alguma, possuía formas barrocas. Os primeiros altares laterais só foram feitos na segunda metade do século XVIII. [...] O altar da sacristia apresenta características que indigita para 1790, aproximadamente, sua execução, pois possui um frontal elegante, mas na parte superior do retábulo já desaparecem as colunas salomônicas e o movimento barroco, apresentando mais tranquilidade neoclássica. (OTT, 1978, pg. 13 e 14)

A Igreja Matriz passou por restauro, que foi iniciada em 2003 e concluída em 2012, e os retábulos foram também contemplados no processo de reforma e restauração. Os mesmos estavam com uma espessa camada de tinta (fig.3), de forma que suas características originais se encontravam imperceptíveis. Após a

⁶ Informações extraídas do texto A obra da Talha e o Retábulo, do Blog Arte Sacra Cristã, do curso de Museologia da Universidade Federal da Bahia. Acesso em 20/11/2017.

restauração, toda a pintura inadequada foi removida e os retábulos foram conservados em cor e características semelhantes às originais (fig. 4).



Fig. 3 – Retábulos da Igreja Matriz com pintura branca – Ano 2008
Foto: Arquivo da Paróquia



Fig. 4 – Retábulos da Igreja Matriz após restauro – Ano 2012
Foto: Arquivo da Paróquia

As características da composição dos retábulos e as técnicas utilizadas são também obras de arte que guardam o contexto social e o estilo da época em que foram construídos, sendo, portanto um patrimônio histórico carente de conservação e resguardo. A ação do tempo é inevitável em todas as edificações construídas pelo

homem e nos retábulos da Igreja Matriz não foi diferente. Além da ação dos agentes naturais do tempo, intervenções amadoras e sem análise técnica promoveram mudanças significativas na estrutura dos retábulos da Igreja Matriz de Cachoeira.

Dessa forma, faz-se necessário pensar meios de intervir na degradação temporal promovida tanto pelos agentes naturais quanto pelos agentes mecânicos. É justamente nessa necessidade que se ampara o tema central de nossa discussão: na efetiva elaboração de mecanismos de conservação preventiva dos retábulos da Igreja Matriz de Cachoeira.

3.2 O Acervo

A Igreja Matriz de Cachoeira possui cinco retábulos: um no altar-mor ao centro da cúpula, que abriga a imagem da padroeira Nossa Senhora do Rosário, dois em frente à cúpula (fig.5) com dois nichos para abrigar imagens menores e dois nas laterais da cúpula; no lado direito o retábulo abriga o sacrário do Santíssimo (fig. 6) e no lado esquerdo o retábulo possui quatro nichos (fig. 7) para imagens menores.



Fig. 5 – Retábulos em frente ao altar-mor – Ano 2018
Foto: Geisa Souza



Fig. 6 – Retábulo da lateral direita, que abriga o sacrário – Ano 2018
Foto: Jomar Lima



Fig. 7 – Retábulo da lateral esquerda, com quatro nichos – Ano 2018
Foto: Jomar Lima

Os retábulos da Igreja Matriz são verdadeiras obras de arte. Contudo pouco se sabe sobre a data correta de sua construção. No livro *Cultura artística e conservação de acervos coloniais* encontramos pistas referente à data de constituição desses retábulos:

Do século XIX nada temos de notícias documentais, mas a tipologia do retábulo-mor e dos colaterais denunciam a penetração das soluções plásticas de século XIX baiano, em que o Barraco, o Rococó e Neoclássico se misturavam submetidos a uma nova ordem estética predominantemente Neoclássica. Infelizmente não temos a data da manufatura do retábulo-mor, nem dos colaterais, nem referência do mestre entalhador que os conceberam e entalharam. O retábulo-mor trata-se de uma interpretação de um dos principais modelos de retábulos-mores concebidos em Salvador no século XIX. (Cultura artística e conservação de acervos coloniais, 2015, pg. 67).

Apesar de não se saber o autor do entalhe dos retábulos da Igreja Matriz, suas características denunciam o período em que foram concebidos, seguindo o exagero do estilo Neoclássico:

Na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário de Cachoeira, o entalhador concebeu um retábulo-mor parietal, ou seja, adossado à parede, contrariando o caráter de baldaquino do modelo metropolitano. A identidade do modelo foi mantida, o arremate em cúpula vazada sobre volutas, que aí a cúpula apresenta-se em secção circular sustentada por seis volutas, três em cada lado, que se desdobram como um leque e repousam sobre entablamentos com seção curva sustentadas por seis colunas, três em cada lado. O excessivo número de colunas confirma a tradição da pompa de Neoclássico baiano expressa em quantidade de colunas. (Cultura artística e conservação de acervos coloniais, 2015, pg. 67.)

E os autores fazem uma descrição formal e estilística do retábulo-mor da Igreja Matriz de Cachoeira:

O trono eucarístico desse retábulo-mor da Igreja Matriz de Cachoeira se eleva em sentido piramidal, escalonado em quatro degraus retangulares com ângulos movimentados por pilastras de volutas. As faces frontais e laterais dos degraus são decorados com o mesmo motivo ornamental que aparece nas pilastras do retábulo, variando as proporções e sempre inseridos em reservas de molduras. Entre o primeiro e o terceiro degrau ergue-se o nicho com a imagem da padroeira Nossa Senhora do Rosário e acima do quarto degrau assenta-se o nicho em que está exposto o Santíssimo Sacramento. Essa disposição interpreta com muita fidelidade o programa simbólico do retábulo português. (Cultura artística e conservação de acervos coloniais, 2015, pg. 68.)

Sobre a descrição estilística dos retábulos laterais, localizados em frente ao altar-mor encontramos a seguinte descrição no livro *Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados*:

Retábulo composto por mesa trapezoidal. Parte frontal no mesmo formato. Decoração de acantos em volutas, perolados, rosácea e frisos. Embasamento decorados com frisos compondo formas geométricas com ornatos em folhas, campânulas e perolados: rematando larga cercadura. Quatro colunas, com fustes e caneluras, divididas em um terço por anel com ornatos em bastonetes e olivas: capitéis compósitos. Entre as colunas em primeiro estágio. Nicho regular com decoração de flores. Campânulas, perolados e ornatos vazados nas laterais, remato por cornija: abriga a imagem de São Miguel Arcanjo: No segunda estágio nicho em arco pleno. Contornado por elementos vazados formando cercadura: abriga a imagem de São Luís Gonzaga.

Entablamento de forma côncava. Composto de cornija com molduras e larga cercadura. Sustenta coroamento em forma de coroa imperial. Com quatro grandes volutas decoradas com frisos e guirlandas: as hastes da coroa unem-se com remate em forma de pinha folhada. (Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados, 1994).

No mesmo livro, encontramos também a descrição do retábulo da capela de Santíssimo Sacramento:

Retábulo composto por mesa de forma convexa. Decorada com largo friso de folhas de acanto em ressaltos.

Embasamento em curva. Rematado por friso em denteios e cercadura. Sustenta seis colunas com fustes em caneluras em um terço, ornadas com elementos em pequenos bastonetes. Capiteis compósitos. Sobre as colunas guirlandas. Entre as colunas. Camarim arco pleno contornado por molduras com ornatos em cachos de uva intercalados por elementos entrelaçados. Fecho com ornato em forma de lira estilizada. Feixe de plumas e ramallete.

Fundo de camarim com ramagens e florões. Policrômico. Ao centro trono em dois degraus em forma côncavas. Decoradas com ramos e ramagens entrelaçadas. Contornados por frisos. Abriga as imagens de Cristo Crucificado e Nossa Senhora das Dores.

Entablamento de forma convexa composto de cornija com larga cercadura e frisos. Sustenta coroamento em forma de coroa estilizada com grandes volutas, guirlandas, frisos em dentelhos: parte frontal do arco rematada por ornatos em cartela e ramallete. Encimado o arco quatro volutas e guirlandas rematando o coroamento. Ornatos, folhas ladeando jarrões e flores. (Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados, 1994).

3. 3 Objetivos e metodologia

O principal objetivo desse Plano de Conservação é desenvolver ações que possibilitem avaliar as condições ambientais em que se encontram os retábulos; Identificar as situações de risco em que se encontram os acervos; Estabelecer os regimes apropriados para manutenção e gestão dos ambientes onde se encontram os acervos; Sugerir soluções técnicas sustentáveis e apropriadas para a conservação dos retábulos.

Para elaboração desse Plano de Conservação foram utilizados os métodos de pesquisa exploratória e qualitativa. De início buscamos fontes e dados históricos

sobre os retábulos da Igreja Matriz de Cachoeira. Alguns autores foram utilizados como aporte da discussão sobre o tema, serviu-nos muito como base para elaboração desse Plano os apontamentos de Froner e Souza (2008) no texto Roteiro de avaliação e diagnóstico de conservação preventiva. Após essa verificação bibliográfica foram realizadas visitas técnicas à Igreja Matriz, para identificar: as reais condições ambientais em que se encontram os acervos; os agentes envolvidos no processo de gestão e manutenção desses espaços; as possíveis fontes de degradação e deterioração dos objetos; os riscos a que estão expostos esses acervos; etc. E a partir de então passamos a elaborar um diagnóstico das condições dos retábulos. Após esse diagnóstico foram elencadas algumas sugestões de preservação preventiva desses acervos.

3.4 Tabela de Diagnóstico

Para essa fase do levantamento das condições do acervo foram realizadas visitas técnicas à Igreja Matriz, registro fotográfico, a fim de analisar os diversos aspectos ligados às condições em que se encontram os retábulos, conforme elencadas na tabela abaixo:

AGENTES DE DEGRADAÇÃO	RISCO-PERIGO	SUGESTÃO
Forças físicas	Risco: Quebras, arranhões, amassados. Perigos: manuseio inadequado, trânsito de obras, construções.	Serviço de limpeza da igreja, treinamento das equipes da instituição i, elaboração e aplicação de plano de emergência.
Fogo	Risco: Total destruição sem chance de recuperação, abrasões, danos causados pela fumaça, danos colaterais com água. Perigos: causados pelas velas acesas nos	Segurança contra incêndios, colocação de extintores de incêndio, equipe da instituição devidamente treinada para detecção de tais perigos, plano para incêndio (rota de fuga

	altares, fiação inadequada, incêndio premeditado, fumo e edifícios adjacentes.	para o acervo e pessoas preparadas juntamente com o corpo de bombeiros).
Água	Risco: Marcas materiais porosos, dilatação de materiais orgânicos, corrosão de metais, dissolução de colas. Perigos: Enchentes, tempestades, telhados defeituosos com pingueiras.	Prevenção de emergência da instituição, serviço de limpeza nas instalações, treinamento da equipe.
Pragas Insetos, aves e outros animais, fungos, bactérias.	Risco: sujidades, excrementos (Barata, Cupim) Perigos: Paisagem circundante, habitats de animais próximos à instituição,	Identificação de animais e habitats feita por biólogos, controle de pragas, treinamento da equipe.
Temperatura Ausência de controle, alta variação	Risco: Deformação, craquelamento enfraquecimento do objetos. Danos nas pinturas que revestem os retábulos. Perigos: Incidência de luz, transporte de acervos para regiões de climas extremos, aclimatação insuficiente, sistemas de controle de temperatura defeituoso,	Gestão: Identificação de temperaturas incorretas, especificação e implantação de padrões para temperaturas, detectar sinais de danos químicos, etc.

	incêndios.	
Xilófagos:	Risco: Aparecimento de cupins e traças Perigo: Destruição das peças.	Colocação de telas nas aberturas que propiciam a entrada de insetos.
Umidade:	Risco: umidade excessiva no recôncavo Perigo: vazamento em torneiras e encanações, apodrecimento da madeira, enchente.	Revisão periódica das instalações hidráulicas, treinamento da equipe para identificar possíveis vazamentos.
Ventilação interna	Risco: Local pouco ventilado favorece ao aumento da umidade e proliferação de fungos, mofo e bolor. Perigo: Apodrecimento da madeira.	Ventilação mecânica, abertura de portas e janelas durante o dia para entrar ar fresco, treinamento das equipes de gestão e manutenção.
Segurança patrimonial	Risco: Incêndios, desabamentos, enchentes. Perigo: Destruição dos acervos	Treinamento, sinalização de segurança adequada, instalação de extintores de incêndio.

3.5 Análise conjunta e estratégias

O conjunto de retábulos da Igreja Matriz de Cachoeira está exposto a riscos imediatos de agentes xilófagos: traças, cupins, baratas; agentes biológicos: fungo, aves, bolor; oscilações na temperatura: A cidade de Cachoeira está dentro de um vale e por isso no verão a temperatura aumenta muito, favorecendo ao desgaste da madeira; já no tempo frio a temperatura cai muito, provocando danos à madeira e propiciando a proliferação dos agentes biológicos.

Com relação à administração do templo que abriga os retábulos, existe uma necessidade de capacitar os agentes que atuam na limpeza e conservação do espaço. No momento atual a igreja dispõe de um funcionário responsável pela limpeza e esta pessoa desconhece as técnicas de conservação e prevenção de riscos de deterioração do acervo. Isso se constitui um problema, uma vez que esse funcionário não consegue identificar quais procedimentos devem ser adotados em caso de algum sinal de degradação. Foi identificado na visita técnica sujidades (fig. 8) nos retábulos, provenientes de poeira e excrementos de insetos e aves.



Fig. 8 – Sujidades nos retábulos – Ano 2018
Foto: Jomar Lima

No que se refere à administração do edifício, verifica-se que a igreja passa um longo período fechada: somente é aberta nos dias de missa, geralmente aos domingos e nas quintas-feiras, e em caso de receber algum grupo de visitação, antecipadamente agendado. Dessa forma, a igreja não recebe ventilação adequada, favorecendo o aparecimento de bolor, fungos e mofo, todos prejudiciais à madeira.

No que se refere aos equipamentos, na igreja há oito ventiladores, que são ligados somente no período das missas e atividades que ocorrem no templo. Esses equipamentos deveriam estar funcionando cotidianamente, para suprir a ausência de ventilação no espaço.

No que se refere ao público externo, a igreja recebe muitos turistas, devido à sua constituição arquitetônica de grande valor histórico-cultural, além de peregrinos e fieis de outras paróquias. Esses turistas fotografam, as vezes tocam nos altares. Além disso os próprios paroquianos visitam a igreja com frequência e realizam ali diversas atividades festivas. Em muitos desses eventos, os altares passam por ornamentação com jarros e flores e gotículas de água e outras substâncias entram em contato direto com a madeira, provocando a degradação da mesma. Na visita técnica realizada à igreja, foram identificadas algumas fissuras e arranhões na madeira (fig. 9), que podem ter sido originadas nesse contato com os retábulos. Foi identificado que na parte superior do templo, especialmente nas torres dos sinos, há aberturas perenes sem proteção de telas ou outro material que barre a entrada de aves, pombos, morcegos e outros animais e insetos que podem contribuir na degradação dos acervos do templo.



Fig. 9 – Retábulos com sinais de degradação por contato inadequado – Ano 2018
Foto: Jomar Lima

Após identificar todas essas problemáticas, foram elencadas uma serie de estratégias para conter possíveis danos aos retábulos da Igreja Matriz:

3.5.1 Quanto à administração do espaço

Antes de qualquer outra ação é de extrema importância que haja uma pessoa responsável por cuidar da manutenção do espaço. E essa pessoa precisa ter um conhecimento básico sobre a importância e valor histórico-cultural do templo, bem como ter um olhar apurado para possíveis danos nos acervos. Dessa forma, a sugestão é oferecer ao profissional responsável pela manutenção do espaço uma formação sobre patrimônio, acervo, cultura, preservação e conservação preventiva. Obviamente esse profissional não irá intervir no caso de identificar alguma necessidade de barrar eventuais problemas. Porém, ele pode acionar os responsáveis e buscar apoio técnico para realizar as intervenções necessárias. Além do que a Igreja Matriz de Cachoeira é um edifício tombado pelo IPHAN⁷ e por isso é necessário obter autorização para intervir em quaisquer um dos bens integrados do templo.

3.5.2 Quanto à manutenção das condições ideais do edifício

A Igreja Matriz de Cachoeira necessita de condições ideais para preservar as imagens, as pinturas, as alaias e as obras de arquitetura e os retábulos. Uma ação importante é cultivar uma ventilação adequada do espaço, uma vez que fica na maioria das vezes fechada. O ideal seria deixar o templo aberto durante o dia. Nesse sentido, a sugestão é que a Igreja tente uma parceria com órgãos municipais, estaduais ou federais, para contratação de um profissional para manter o templo aberto durante o dia. Uma vez que a Igreja alega não ter condições financeiras de sustentar um profissional em tempo integral para manter o templo aberto durante todos os dias. Durante a visita foi identificado que a fiação das lâmpadas e refletores dos retábulos são inadequadas, um deles apresentava um reator dentro de um nicho do retábulo (fig. 10) em situação de perigo de superaquecimento e incêndio. Outro problema identificado referente às condições do edifício é a iluminação inadequada (fig. 11). As lâmpadas colocadas nos retábulos são do tipo dicroica⁸ e emitem radiação artificial que danifica a madeira em longo prazo. Conforme Teixeira e Ghizone (2012) “as lâmpadas incandescentes produzem radiação visível, uma

⁷Tombada pelo IPHAN sob o nº 120 do Livro de História, fl.21 em 15/09/1939 e do livro de Belas Artes, fl. 47, em 15/09/1939.

quantidade grande de raios infravermelhos sob a forma de calor e pouca radiação ultravioleta”. A sugestão é substituir essas lâmpadas por outras do tipo fluorescentes com filtros para radiação UV e instalá-las com o máximo possível de distância dos objetos. É preciso o mesmo cuidado com os reatores, que também emitem calor.



Fig. 10 – Reator em condições inadequadas dentro de um retábulo – Ano 2018
Foto: Jomar Lima



Fig. 11 – Lâmpadas inadequadas para madeira – Ano 2018
Foto: Jomar Lima

3.5.3 Quanto ao acesso do público interno e externo

Espaços que recebem muitas pessoas necessitam de muito cuidado e acompanhamento, pois uma boa parcela dos indivíduos que visitam espaços com valor histórico-cultural, desconhecem os procedimentos de segurança para evitar danos aos acervos. Assim, é importante informar aos visitantes sobre como se comportar nesses ambientes. Isso ocorre nas visitas à Igreja Matriz de Cachoeira, que é um patrimônio tombado e recebe um público variado; fieis, pesquisadores e turistas em geral. Esse público acessa o templo sem uma orientação prévia de conservação e preservação do espaço. Uma sugestão é criar um material para distribuir aos visitantes e/ou investir numa palestra rápida, antes que os visitantes acessem o espaço. Com relação ao público interno, composto pelos paroquianos, é importante também formar e informar as pessoas que atuam na decoração (fig. 12) da igreja, salientando a necessidade de evitar ações que degradem os acervos, tais como; decorações sem planejamento e manipulação de objetos pesados nos retábulos.



Fig. 12 – Ornamentação dos altares com flores e materiais úmidos – Ano 2008
Foto: Arquivo da Paróquia

Durante os rituais também é preciso ter um cuidado especial com o manuseio de velas, incenso, água e outras substâncias líquidas colocadas próximo aos altares. A sugestão é oferecer aos cuidadores do espaço um minicurso sobre preservação e

conservação de bens históricos e culturais, bem como noções de conservação de madeira. Além do mais, é preciso que o próprio padre esteja atento a essas questões e sempre oriente os fiéis durante as celebrações sobre a necessidade de evitar danos aos elementos culturais do templo.

3.5.4 Quanto à manutenção, higienização e limpeza do ambiente

Os indivíduos que atuam nesses espaços precisam ter atenção redobrada no que se refere à limpeza e higienização dos retábulos e outros. É importante que se tenha orientação correta sobre o uso dos materiais e produtos adequados empregados na limpeza, pois algumas substâncias interferem na estrutura da madeira. Por conta disso, a sugestão é procurar orientação técnica quanto à utilização dos produtos aplicados nos suportes de madeira. Outra sugestão é estabelecer um roteiro de higienização dos retábulos com aspirador de pó e soluções para evitar o acúmulo de agentes biológicos ou sujidades provocadas por excrementos de insetos, aves e outros animais. Além disso é importante também que a instituição obtenha uma orientação técnica sobre quais produtos podem ser aplicados nos retábulos para conservar a madeira, pintura e demais elementos.

3.5.5 Quanto aos equipamentos de proteção segurança

Na visita técnica não foram identificados os devidos equipamentos de segurança patrimonial adequados, a não ser câmara de segurança para evitar furtos. Foi identificado um extintor de incêndio ao lado da cúpula, mas sem sinalização adequada e com data de validade vencida.



Fig. 13 – Extintor de Incêndio vencido – Ano 2018
Foto: Arquivo da Paróquia

Assim, a sugestão é que se obtenha equipamentos de segurança, tais como: alarmes e extintores de incêndio, bem como sinalização de segurança e saída de emergência.

3.5.6 Quanto à necessidade de fazer educação patrimonial

A noção do que é patrimônio e de preservação é um tema de especial importância, especialmente em uma cidade rica de história e cultura como Cachoeira. Nesse sentido, ações educativas patrimoniais são essenciais para a preservação e a legitimação do patrimônio público pertencente à cidade. Para efetivação do processo de construção de uma consciência coletiva mais voltada ao contexto de patrimônio e de preservação, é interessante que a Igreja promova essas discussões, oferecendo até mesmo palestras, oficinas e formações para colocar em pauta o tema. Para tanto poderia buscar apoio técnico da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, que tem cursos de Museologia e História, e também do próprio IPHAN, que é muito atuante no município de Cachoeira. É importante dizer que ações como essas certamente ganham dimensões maiores em longo prazo, pois uma comunidade que discute educação patrimonial se apropria e valoriza sua herança cultural e produz também novos conhecimentos. A Igreja de Cachoeira pode e deve ser propulsora dessa discussão e pode fazê-lo com naturalidade, pois está presente no seio das famílias e consegue atingir a um público misto, que vai desde as crianças até os idosos. Seminários, palestras, formações e até mesmo na catequese ações de educação patrimonial podem ser desenvolvidas no contexto religioso. Em Cachoeira, sobretudo, isso se faz muito necessário, pois muitos dos templos administrados pela paróquia são edifícios tombados como patrimônio material e imaterial e possuem objetos de grande valor histórico-cultural, como é o caso dos retábulos da Igreja Matriz.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que o patrimônio cultural é uma herança que transmite a identidade de uma determinada comunidade. Assim sendo, as ações que ocorrem no sentido de preservá-los da degradação, são ações de preservação da memória coletiva. A realização de um Plano de Conservação Preventiva dos retábulos da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário de Cachoeira se ampara na necessidade de oferecer às gerações futuras a oportunidade de contemplar uma obra arquitetônica de valor identitário para o povo cachoeirano e demais comunidades.

Sabemos também que as instituições católicas têm sua própria forma de gestão e que a administração dos espaços religiosos compete aos sacerdotes responsáveis pelas paróquias. Alguns desses templos religiosos, como é o caso da Igreja Matriz de Cachoeira, possuem tombamento como patrimônio arquitetônico, exigindo um cuidado maior com sua estrutura e acervo. Isso nos leva a refletir que a conservação preventiva dos acervos inseridos dentro do contexto religioso ainda é um tema que carece de uma discussão mais ampla, pois a própria igreja precisa também orientar seus sacerdotes a ter um olhar mais sensível ao lidar com edificações de valor histórico-cultural, especialmente as que recebem tombamento.

A olho nu, a Igreja Matriz de Cachoeira tem suas estruturas bem conservadas. Contudo, basta-nos uma análise técnica mais aprofundada para identificar diversos fatores que oferecem risco de degradação ao edifício e seu acervo. Por ser Cachoeira uma cidade que possui diversos edifícios tombados pelo IPHAN, essa discussão sobre o que é patrimônio e sobre conservação está de certa forma presente em alguns discursos e ações dos gestores desses espaços. O atual administrador paroquial tem essa visão e busca empreender ações de preservação na Igreja Matriz e demais espaços. Mas enfrenta alguns entraves como falta de apoio técnico e recursos financeiros para desenvolver ações sistemáticas e contínuas. Apesar de ter passado por um processo de restauro, que recuperou as partes em avançado estado de degradação, os retábulos da Igreja Matriz ainda precisam de outras ações e programas de conservação preventiva. É importante salientar que o fato dos retábulos serem de madeira exige um cuidado ainda maior, pois a madeira é um material que se deteriora com facilidade e também é alvo de diversos agentes biológicos.

Nesse sentido, podemos compreender que para pensar em ações de prevenção e conservação é preciso também ter em mente que essas ações devem ser pensadas e praticadas de forma mais ampla, envolvendo as pessoas que atuam diretamente no espaço, administradores e também instituições maiores que podem oferecer apoio e recursos para a consolidação dos programas de conservação preventiva. Os resultados dessas ações beneficiam as gerações atuais e as futuras.

REFERÊNCIAS

ALARCAO, Catarina. **Prevenir para preservar o patrimônio museológico**. Museal - Revista de Museologia do Museu Municipal de Faro, 2007.

BAHIA. Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo. IPAC - **Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia, Volume III: Monumentos e Sítios do Recôncavo, II Parte**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 1978.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CALDEIRA, Cleide Cristina. **Conservação Preventiva: histórico 1**. São Paulo: Editora R. CPC, v.1, n.1, p. 91-102, nov. 2005/ abr. 2006

CARVALHO, Claudia S. Rodrigues de. **Plano de Conservação Preventiva do Museu Casa de Rui Barbosa: conservação das superfícies arquitetônicas do Museu Casa de Rui Barbosa**. Ano 2012. Disponível em: www.casaruibarbosa.go.br acesso em 12/10/2017:

GUICHEN - Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, Academia das Ciências de Lisboa, II volume, Verbo 2001, p.2957 3 Citado por guichen, 1995, p.5 4 Guichen, 1995, p.4.

DRUMOND, Maria Cecília de Paula. Prevenção e Conservação em Museus; In: **CADERNOS de diretrizes museológicas. I**. Brasília: Ministério da Cultura/ Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional/ Departamento de Museus, Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/ Superintendência de Museus, 2006.

FLEXOR, Maria Helena O. (org.) **O conjunto do Carmo de Cachoeira**. Distrito Federal: Editora IPHAN, 2007.

FRONER, Yacy-Ara. SOUZA, Luiz Antônio Cruz. **Tópicos em Conservação Preventiva 3**. Belo Horizonte: Escola de Belas Artes – UFMG, 2008.

----- . **Roteiro de Avaliação e diagnóstico de conservação preventiva**. Belo Horizonte: LACICOR–EBA-UFMG, 2008.

BAHIA. IPAC. **Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados**. Vol I. Módulo I – Recôncavo/Cachoeira-Ba. Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Cultural, 1994.

MACHADO, Bruna Pereira. **A importância do diagnóstico de conservação para nortear as ações de preservação em arquivos, bibliotecas e museus**. Universidade de Brasília Faculdade de Ciência da Informação Graduação em Biblioteconomia. Brasília, 2015.

MALTA, Albertina Otávia Lacerda. **Preservação, Conservação, Restauração e Recuperação Física do Acervo**. Secretaria de Educação e Esportes. Pernambuco: Governo do Estado, 2014.

NUNES, Maria Anilta. **Sistemas construtivos e sua preservação: retábulos executados entre os séculos XVIII e XIX, da arquitetura religiosa de Florianópolis, SC /**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2006.

OLIVEIRA, José Cláudio Alves de. **Obra da Talha e o Retábulo**. Blog da disciplina Arte Sacra Cristã, do Curso de Museologia da Universidade Federal da Bahia. Disponível em: <http://artesacracrista.blogspot.com.br/2007/07/obra-de-talha-e-o-retbulo.html> Acesso em 10/11/2017.

OTT, Carlos. **História da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Cachoeira**. Centro de Estudos Baianos, Salvador, 1978.

Revista da Madeira, edição nº134, março de 2013. **Principais agentes deterioradores de madeiras**. Disponível em:

http://www.remade.com.br/br/revistadamadeira_materia.php?num=1652&subject=Preservante&title=Principais%20agentes%20deterioradores%20de%20madeiras

Acesso em 11/2/2017.

SALTEIRO, Ilídio. **Retábulo – Casa dos santos**. Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa (FBAUL), Centro de Investigação e Estudos em Belas-Artes (CIEBA). Artigo disponível em:

http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/12346/2/ULFBA_Santuários1_IlidioSalteiro.pdf

Acesso em 20/12/2017.

SANT'ANNA, Sabrina Mara, FREIRE, Luiz Alberto Ribeiro, CAMPOS Adalgisa Arantes (organizadores). **Cultura artística e conservação de acervos coloniais**. Belo Horizonte: Clio Gestão Cultural, 2015.

TEIXEIRA, Lia Canola; GHIZONE, Vanilde Rohling. **Conservação Preventiva de Acervos. Coleção Estudos Museológicos. V. 1**. Florianópolis: FCC Edições, 2012.